

Reforma do Estado e Trabalho

Claus Offe

Apresentação

Antônio Carvalho Neto (1)

Claus Offe em Belo Horizonte?

A princípio, a idéia me pareceu um tanto quanto absurda, mas, compelido pelo entusiasmo de Luiz Fernandes de Assis, então coordenador de Extensão e Pesquisa, da Escola do Legislativo, localizei o e-mail do famoso sociólogo alemão, expoente da nova esquerda européia e autor de vários livros, como Beyond Employment : Time, Work and the Informal Economy, Contradictions of the Welfare State, Crisis of Crisis Management, Disorganized Capitalism: Contemporary Transformations of Work and Politics.

Sempre gentil, rápido e preciso nas respostas, o professor visitante das mais conceituadas universidades do planeta (Advanced ely o Center for West European Studies, a University of California, Berkeley e o Institute for Enterprise Study, School of Social Science, Princeton, New Jersey, EUA), depois de um ano de tentativas frustradas de encontrar agenda, concordou em vir às Minas Gerais, mas estaria comprometido com um seminário promovido pelo governo federal em São Paulo.

Após uma tumultuada viagem de São Paulo a Belo Horizonte, onde não faltou o extravio de passagens aéreas, Claus Offe, depois de nos sabatinar durante todo um jantar sobre inúmeros aspectos da realidade brasileira, desembarcou numa "apoteótica e agradabilíssima" (em suas próprias palavras) conferência no plenário da Assembléia Legislativa, promovida pelo IRT - Instituto de Relações do Trabalho da PUC-Minas e a Escola do Legislativo.

Palestra de Claus Offe, em 27 de março de 1998: (2)

Senhores e senhoras, caros colegas, estou muito satisfeito e honrado por estar aqui. Faz muito tempo desde que falei num prédio tão magnífico de uma Assembléia Legislativa. Muito obrigado pelas palavras muito gentis de apresentação. Esta conferência é um pouco improvisada. É um evento, talvez, meio improvisado, no sentido de que o nosso colega Antônio Carvalho tomou a iniciativa de me convidar muito rapidamente, sabendo da minha presença em um seminário em São Paulo. Infelizmente, essa foi um visita muito curta a este local, à universidade e à capital do Estado de Minas. Infelizmente, serão menos de 24 horas que vou poder passar aqui, antes de ter que voltar para São Paulo e, depois, para a Alemanha. Sinto muito em não poder falar com vocês em outra língua que não seja o inglês. Tenho a certeza de que, como o inglês é um ponto de encontro de palestrantes em todo o mundo e de todos os tipos de linguagem nas ciências sociais, essa talvez seja a forma mais fácil de fazermos contatos e de nos fazermos entendidos. Além disso, há o auxílio da tradução.

O que quero fazer muito rapidamente, naturalmente, não é uma análise que faria justiça à seriedade e abrangência do tópico sobre o qual concordamos em falar. O que vou fazer é discutir dois complexos problemas das ciências sociais, que, como eu os entendo, como eu os entendo, são relevantes tanto para acadêmicos quanto para cidadãos em geral, políticos e administradores de políticas públicas em todas as partes do mundo e também de onde eu venho. O meu conhecimento está muito restrito à realidade européia e, mais recentemente, aos desenvolvimentos do Leste central europeu, mas sempre fico impressionado com a quantidade de semelhanças, de perspectivas, de problemas, de soluções, de propostas de reforma, de iniciativas de reforma presentes que existem em todas as divisões que, antes, separavam o assim chamado Primeiro Mundo do assim chamado Terceiro Mundo, particularmente, após o fim daquilo que era chamado de Segundo Mundo.

Então, precisamos redesenhar o mapa conceitual e político, e temos que fazê-lo dentro da situação atual, na qual todos sabemos que estamos expostos a um período de mudanças sociais rápidas, dramáticas e profundamente ambíguas em nível global.

Há algo interessante também a observar quanto ao conceito das ciências sociais sobre as mudanças sociais, porque esse conceito está sendo utilizado em dois sentidos, de conteúdos quase opostos do ponto de vista semântico. De um lado, a mudança social é muitas vezes entendida como sendo o funcionamento de algo como forças sobre-humanas, das quais somos vítimas e que, de forma crítica, afetam nossas vidas e nossas oportunidades de vida.

Esse é um conceito estrutural de mudança social que enfatiza os agentes humanos como aqueles que são afetados, para melhor ou para pior, pelas consequências dessas mudanças. Por outro lado, existe também um conceito ativista de mudança social, segundo o qual ela é um resultado agregado da ação humana cooperativa, consciente e intencional. A mudança social não é o que acontece conosco nem é aquilo que nos faz vítimas de forças sobre-humanas, mas é algo que podemos fazer, realizar e promover de formas desejáveis. Podemos fazer escolhas sobre as mudanças sociais, podemos lidar com fatores objetivos e com tendências.

Assim sendo, existe, de um lado, uma força objetiva de mudança social, e, de outro, uma concepção de mudança social ativista, subjetiva, intencional e orientada para valores.

Uma síntese das duas tendências poderia ser feita na seguinte pergunta: como podemos, como indivíduos e como membros, elementos e partes de coletividades, lidar com os fatores emergentes que afetam nossas vidas e transformá-los em resultados desejáveis?

Mudança social é o resultado combinado de tendências e de ações, e essa é a idéia que organiza os meus comentários.

Em primeiro lugar, quero abordar as três tendências principais, ou melhor, os três fatores de mudança objetiva que afetam as nossas vidas e que são muito discutidos nas ciências sociais e muito além delas.

Depois, quero lançar duas questões: quem são os agentes e quais são os centros de ação que podem ajudar-nos a lidar com essas correntes e tendências, transformando-as em resultados desejáveis?

Finalmente, quero aplicar algumas dessas idéias às condições muito críticas de trabalho, dos mercados e do futuro do trabalho como o conceito básico da ação e do trabalho.

Como vêem, é uma agenda longa, e como prometi limitar minha exposição a menos de uma hora, como também estou muito interessado em ouvir os pensamentos e as reações de vocês e na possibilidade de ter uma troca com vocês nessa discussão, vou limitar-me a alguns comentários mais gerais.

Quais são as tendências objetivas características do nosso período de mudança histórica pelo qual estamos passando e que cria tanta incerteza, medo e ambigüidade entre observadores e participantes desse processo?

Acho que três tendências ou correntes devem ser pensadas e colocadas em discussão - talvez não possamos discutir aqui, quem sabe em outra oportunidade. Uma delas, naturalmente, é a mudança histórica que experimentamos nos últimos 25 anos, mais exatamente há 24 anos, do processo de democratização. Transições para a democracia são algo que temos vivenciado em escala maciça.

A pergunta é: o que motiva esse processo, o que dirige esse processo de transição? Entre outros, este País é um dos exemplos do que estou falando. Poderia, talvez de forma otimista, argumentar-se que a democracia é algo motivado pelas aspirações e metas das pessoas que superaram formas mais autoritárias de regimes políticos. Acho que existem boas razões em favor da democracia, as quais são logicamente declaradas como sendo a hipótese da paz democrática. Volto a Immanuel Kant, que primeiro formulou esse conceito, provavelmente o mais consistente na história das ciências sociais, e que diz que basicamente as democracias são boas porque não fazem guerra contra outras democracias. A democracia é uma precondição da paz internacional.

O segundo argumento em favor da democracia é que ela, dentro de uma constituição liberal, garante os direitos básicos e as liberdades básicas aos cidadãos. Isso a torna desejável.

O terceiro argumento é que a democracia promove o progresso e a justiça sociais, no sentido de que a maior parte das pessoas geralmente estão em uma posição menos privilegiada, e, como elas têm os recursos políticos para votar em determinadas políticas governamentais e para cobrir das elites políticas, deve haver uma mudança para melhor em termos de justiça e igualdade.

Em quarto lugar, e isso conclui a lista das propriedades favoráveis ou positivas da democracia, conforme autores de teoria política do século XVIII, a democracia é boa porque tende a criar bons cidadãos. Cidadãos que utilizam a sua razão, a sua paixão e o seu interesse, as três propriedades que caracterizam a ação humana. Utilizando essas propriedades para o benefício do bem-estar coletivo, aprendem a deliberar, a fazer bons julgamentos, a confiar uns nos outros e assim por diante.

Essa é a lista dos resultados desejáveis da democracia. No entanto, se passarmos a uma análise realista, para ver se essas coisas realmente aconteceram ou foram colocadas em prática dentro das democracias, em todas elas, seja em democracias mais antigas ou em democracias mais recentes, como aquela da qual eu venho, ou ainda em novas democracias, se fizermos a pergunta crítica, para saber até que ponto a democracia conseguiu alcançar essas metas, ou seja, se isso foi resgatado na prática das democracias, vamos encontrar resultados menos positivos, porque, com exceção da primeira hipótese, de que as democracias não fazem guerra umas com as outras, nenhuma das outras três características favoráveis da democracia de fato foi resgatada na prática. E muito ainda resta por fazer em termos dessas três características. As democracias são necessárias, mas não são condição suficiente para se atingir uma república liberal progressista. A paz, sim, a liberdade, o progresso, e a deliberação, ainda não. E isso então nos coloca um dos problemas da ação política com o qual temos de lidar.

A outra tendência geral, a força geral que modela o perfil dos nossos tempos, muitas vezes é referida como sendo a globalização. A globalização, no entanto, é um conceito excessivamente genérico, pouco específico, e não se usa-lo para todo tipo de finalidades pouco específicas, sendo, portanto, de pouco uso nas ciências sociais. Muitas pessoas dizem coisas muito diferentes quando falam de globalização. Permitam-me detalhar esse diferencial muito complexo da globalização, analisando aqui o meio pelo qual a idéia de dependência internacional ou transnacional está sendo promovida. O que acontece é que, na língua inglesa, todos esses meios - e vou falar de seis - começam com a letra "m". Vou falar deles apenas para facilitar a memorização.

O primeiro deles é o dinheiro, que em inglês é money. O dinheiro motiva o comércio internacional, os investimentos internacionais e a especulação financeira internacional, que é tão decisiva para os destinos econômicos das nossas sociedades.

O segundo deles se refere à matemática, a linguagem da tecnologia, ou, mais amplamente, o idioma da observação e da auto-observação das realidades sociais e físicas. Temos uma linguagem universal expressa num único script universal disponível para os humanos, que são os números arábicos. E isso então motiva a matemática e tudo que ela ajuda a promover.

O terceiro é a música ou o cinema, a internacionalização da imagem. Quando liguei o rádio hoje de manhã, no hotel, escutei uma música que é exatamente a mesma que eu ouviria se estivesse em Estocolmo, em Baltimore ou em Roma. Também a arquitetura faz parte de uma economia mundial que modela valores de toda a humanidade. E existem poucas exceções a isso.

O quarto é a migração. As pessoas mudam de lugar, caracteristicamente em contraste com realidades anteriores, nem sempre voluntariamente, mas muitas vezes como refugiados, porque moram em locais onde os Estados não fazem o que deveriam fazer, ou seja, protegê-las da miséria, do terror e da violência.

O quinto "m" está relacionado a isso, são os recursos militares, o militarismo, os quais, de forma característica, têm escapado do controle das nações-estado autocontidas. Algumas nações-estado fazem parte de organizações transnacionais nominais ou alianças militares transnacionais de facto. O controle desses recursos militares se torna uma questão transnacional, e, mais uma vez, a indústria de armamento está se desenvolvendo em torno dessa idéia. O mais interessante talvez seja não apenas que temos agentes militares supranacionais e por vezes globais, mas também estruturas militares subnacionais, como grupos terroristas, senhores de exércitos em nível subnacional, exércitos separatistas e outras coisas semelhantes.

O sexto "m" - e isso conclui meu pequeno exercício em alteração - é a meteorologia. Vocês sabem que uma das condições que modelam o futuro econômico da humanidade é o controle de recursos naturais, que está relacionado com o clima, o qual tem se tornado, não apenas a partir do encontro Rio-92, uma das preocupações de regimes transnacionais. Então, esse é um conjunto de problemas sobre como lidar com os equilíbrios militares mundiais, como manter a paz, como absorver a migração, como gerir o problema do clima, como controlar tecnologias, como controlar o comércio internacional. É uma lista longa de problemas muito sérios da nossa agenda relativos às economias globalizadas.

Finalmente, vamos falar sobre um processo que está acontecendo não na esfera política, como ocorre com as tendências de democratização, nem na econômica, como é o caso das tendências de globalização, mas em nível cultural. O termo que tem sido utilizado para as mudanças culturais às quais estamos sendo expostos é pós-modernização, que inclui o desencanto com muitas das premissas de valor que a sociedade, a filosofia e os valores modernos haviam colocado em pauta. Talvez a palavra-chave aqui seja universalismo, mas não tenho como levar essa discussão adiante nesta palestra.

Deixem-me falar agora sobre os vários significados de mudança social. A mudança social envolve um conjunto de tendências, os problemas decorrentes dessas e, ainda, um conjunto de atores, ou ações, e as estratégias para se lidar com perigos, riscos e ambigüidades dessas tendências.

Vou voltar ao segundo ponto, que é a questão do agenciamento, da ação, dos agentes. Talvez fosse um pouco surpreendente se eu começasse fazendo uma citação de Lenin, que escreveu o livro "Que Fazer?". Foi muito característico da época, pouco depois da virada do século, porque ele acreditava estar numa situação em que existia uma questão lógica que não devia ser formulada. Era a seguinte: antes que você perguntasse o que devia ser feito, precisava ter certeza se havia alguém para fazê-lo. Existem agentes que podem conseguir alguma coisa ou realizar alguma coisa? Essa pergunta está na nossa agenda hoje. Quem pode realizar algo hoje? Quem pode controlar os nossos destinos? Como podemos nos reunir e organizar, concordando com objetivos e valores para realizar algo que faça diferença? Seja o que fizermos, precisamos constituir a ação em primeiro lugar. Lenin, naturalmente, seguiu a ilusão de que somente se tivéssemos uma liderança e um regime ditatorial, quase militar, e essa liderança seria obviamente o agente histórico, tudo seria feito a partir disso. Hoje estamos numa situação pós-leninista em que precisamos pensar quem pode fazer algo. É um problema prático. Vocês podem ver-nos em discursos, todos os dias, a ambigüidade e a incerteza quanto a quem pode fazer algo.

Existem três respostas típicas para essa pergunta que herdamos no século XX. São as seguintes: em primeiro lugar, o pressuposto é que o Estado é, em última análise, responsável pelo controle coletivo e pela melhoria das nossas condições, e ainda temos a herabilidade da sociedade para enfrentar essas tendências e correntes. A segunda resposta é a forma de mercado é a forma de apropriação. De uma forma mais eficaz e racional, poderia lidar com os desafios e os perigos aos quais estamos expostos. E a terceira resposta é que as comunidades terão que fazer o trabalho. Isso completa a lista. É uma tríade de formas de ação social por meio do Estado, do mercado e das comunidades. Ao usar o termo comunidades, quero dizer famílias, comunidades religiosas, locais, linguísticas, étnicas, profissionais, ou seja, pessoas que estão em situações semelhantes e que partilhavam características importantes e semelhantes, esperando do futuro que permaneça naquela posição, com o vizinho que espera que ninguém vá mudar dali num determinado tempo. E, portanto, podemos confiar uns nos outros, pois já nos conhecemos e não nos decepcionamos. Isso gera cooperação. São esses os três fundamentos da ordem e da ação social. Não há mais nada além desses três. É interessante observar que esses tipos de ação, que poderiam lidar com as mudanças sociais, fazem uso de uma das três habilidades dos seres humanos para a relação com o mundo social e não-social. Ao Estado correspondem, de acordo com os autores clássicos dos séculos XVIII e XIX, a capacidade humana de julgamento razoável. Ao mercado correspondem o interesse, e à comunidade correspondem as paixões do amor, da fé, da solidariedade e da amizade, que unem as pessoas dentro de uma mesma comunidade.

Existem vários outros fatores relacionados a essa tríade que mencionarei. Vou discutir parte disso, mas me armo em dizer que essas relações estão num sentido irreversível, básico e obsoleto, por se apoiar no mercado, no Estado, na solidariedade gerada dentro de comunidades, excluída qualquer outra coisa. É um facto sem saída, uma abordagem de problemas e desafios que não irá funcionar. A meu ver, é uma falta. É uma abordagem pouco complexa para se fazer a ação.

É interessante observar que, no cenário político, aparece, com frequência, uma mistura de formas de ação, um híbrido, uma síntese ou uma combinação de todos os três elementos. Em sua consciência ninguém tem como acreditar que podemos deixar de lado algum desses aspectos. Por exemplo: deixar tudo para o mercado ou deixar tudo para o Estado, ou fazer tudo por meio dos elos comunitários de pequenos grupos de pessoas com identidade compartilhada. Isso não vai funcionar, precisamos combinar esses elementos. São dois os conceitos que estão aparecendo agora na cena da ação política: os conceitos da sociedade civil e uma combinação ativa dos recursos para a ação que estão identificados com o Estado, o mercado e as comunidades. Um conceito próximo que fascina muito os cientistas sociais e tem desencadeado muita pesquisa é o conceito de capital social, a disposição moral e cognitiva de seres humanos de confiarem uns nos outros, de se associarem, de cooperarem de forma que não é predeterminada por Estado, nacionalidade, partidos políticos, relacionamentos de mercados como companhias, firmas ou associações de negócios e também não restrita aos elos comunitários, como elos linguísticos ou padriões, que existem entre as pessoas. De fato, é uma combinação criativa dos três, sem cair nos padrões prescritos pelas três formas tradicionais e obsoletas de ação social.

O que estou discutindo, num trabalho que vai estar disponível, é que o problema da ação, de como lidar com as tendências, é encontrar uma síntese viável, uma combinação, uma hibridização desses três elementos, do Estado, do mercado e das comunidades. Não temos como agir enquanto comunidades, participantes do mercado ou membros de partidos políticos apenas. Precisamos combinar e integrar essas três formas em um arranjo impuro. E a idéia leninista de que o Partido Revolucionário poderia criar ordem social, a idéia do mercado liberal de que o mercado poderia fazer isso ou a idéia nacionalista de que alguma comunidade étnica poderia fazer isso, não apenas é obsoleta mas profundamente perigosa.

Como o nosso tempo é limitado e quero que haja uma discussão a respeito, vou passar para o conjunto de considerações que é menos abstrato, mas que, espero que fique evidente, está situado no mesmo campo conceitual do que mencionamos.

Quero ilustrar, então, as três fontes de ação, mais uma vez. Aqui, um exemplo que pode parecer um pouco exótico, mas, talvez, possa nos ajudar a entender a utilidade desse pequeno triângulo de conceitos que apresentei. E também a inclinação de argumentar que não temos como confiar em nenhuma das três pontas do triângulo que mencionarei, isoladamente.

O exemplo que quero discutir, muito rapidamente, refere-se aos problemas das políticas de muitos países, problemas do controle de jovens marginais, ou da delinqüência juvenil, como se denomina na literatura técnica.

É uma seqüência interessante à médio prazo. Observam-se as interpretações causais e as terapias sugeridas que já foram adotadas para esse tipo de problema da sociedade moderna, e que tem dimensões muito significativas em vários lugares. Uma é a interpretação comunitária da delinqüência juvenil e a prescrição correspondente. A interpretação é que os jovens se voltam para atos criminosos porque as famílias não funcionam, as instituições religiosas também não. As tradições, os valores e as disciplinas que são transmitidos por essas instituições precisam ser reforçados. E aí a delinqüência juvenil terminaria. E como especialistas no campo vocês podem argumentar, demonstrar e comprovar que há uma rotação sistemática, uma seqüência entre as três respostas. Se essa resposta não funciona - e quando você vê que ela não funciona e não sabe como reforçar os valores e a força das famílias e das religiões -, então você passa a ter uma resposta de mercado e argumenta que os jovens se voltam para o crime, roubam e assaltam, engajam-se no mundo das drogas e outras coisas porque não encontram seu lugar no mercado de trabalho. Eles antecipam a experiência do desemprego e desenvolvem uma cultura de ficar fora do mercado, porque o mercado não tem lugar para eles. E o que precisa ser feito, naturalmente, é a promoção de programas especiais para combater o desemprego juvenil. E se tivermos o trabalho, então ninguém vai se voltar para as drogas ou para o crime. Mais uma vez os resultados são desapontadores. E aí temos uma terceira interpretação da causa da delinqüência ou do desemprego juvenil: o fato de o Estado ser grande demais. Seu papel não está suficientemente determinado: a punição é muito leve; os juizes não são severos, e precisaríamos colocar os jovens criminosos em cadeias, ameaçá-los com leis e punições draconianas, e isso não resolveria o problema. E após esse insight ter-se espalhado, o ciclo começa de novo: família, mercado, prisão ou Estado, família, mercado, prisão. Só agora as pessoas estão começando a pensar em uma solução sintética, uma solução que combine as contribuições potenciais da família e das comunidades religiosas, a contribuição potencial do mercado e de programas que promovam o emprego de jovens e também a contribuição potencial do Estado e do sistema de justiça, o sistema legal.

Então é necessário pensarmos de forma sintética numa combinação, num híbrido de soluções que formem um conjunto, ao invés de simplesmente nos apoiarmos em um dos três aspectos.

Quero voltar-me para o problema principal que está em emergência, que está na agenda política da União Européia e que também é um problema em nível mundial: o desemprego, a situação e o futuro do trabalho. Vou tecer alguns comentários sobre isso, mais uma vez. Trata-se de algo que já discutirei em vários dos meus escritos e que aqui só posso resumir rapidamente. O problema de todas as sociedades, o problema constitutivo da ordem social, pode ser descrito da seguinte forma: todas as sociedades, para se reproduzirem, precisam gerir o total das atividades. Um dos problemas é alocar ou fazer a colocação de pessoas. Ou seja, saber qual o total das atividades que essas pessoas podem realizar e colocá-las em determinados locais, atribuindo-lhes, por exemplo, atividades úteis, permitindo que participem do universo de atividades úteis. Esse é um dos problemas que as sociedades sempre enfrentam e que resolvem das mais diversas formas. Poderíamos fazer uma história da sociedade humana considerando a forma como as sociedades descrevem as pessoas em determinados locais, a forma como o potencial de atividades foi colocado em padrões institucionais, onde de fato se realizam atividades úteis. O segundo problema, naturalmente, é o reverso disso. Trata-se do problema de alocar ou de tornar os resultados do processo de produção disponíveis às pessoas. Ou seja, na forma moderna de dizer, como é que a renda - ou o universo dos resultados das atividades úteis - será distribuída? Como é que os trabalhadores serão colocados nos diversos trabalhos e como será alocado o resultado do processo produtivo? Essas são as duas grandes questões que todas as sociedades precisam resolver.

Nos livros sobre economia, o primeiro problema seria de produção, ou seja, como fazer com que os trabalhadores ativem para o trabalho? O segundo seria um problema de distribuição, ou seja, como os resultados da atividade econômica aparecem, em termos da distribuição de renda, seja em dinheiro propriamente dito, ou outra forma de renda. Nos modernizados modernos, esse é um fato um tanto recente e excepcional; algo que, mesmo para os modernizados econômicos atuais da América do Norte e da Europa Ocidental, talvez tenha apenas dezentos anos. Mas a resposta é que, nas sociedades modernas, temos como resolver ambos os problemas com um mecanismo simples e revolucionário em suas consequências, que é o contrato de trabalho. Se voltássemos duzentos anos na história e sugeríssemos o contrato de trabalho como um recurso inteligentemente para resolver essas duas questões, esses dois problemas - de produção e de distribuição -, teríamos uma surpresa muito grande, pois não havia como tratar o trabalho humano como produto.

A resposta na época seria, na melhor das hipóteses, receber renda por um período de tempo. Mas como situação permanente dentro de um contrato de trabalho é algo mais recente. O contrato de trabalho é historicamente recente. Talvez seja isso que me leva aos comentários finais. É também algo que nunca, exceto em condições muito especiais, cobriu toda a gama de trabalho humano.

Muito trabalho tem sido alocado ou tem sido utilizado e remunerado de formas diferentes daquelas do contrato de trabalho. O contrato de trabalho, na sua forma clássica, estipula que o trabalhador apareça em um determinado local, que chamamos de fábrica, escritório ou um negócio, e ali, de forma regular, siga as ordens de alguns superiores ou supervisores, permaneça por um tempo especificado e reciba compensação monetária. Essas são as condições do trabalho moderno. Essa forma moderna de trabalho é algo que não cumpre mais a tarefa, ou seja, não aproveita o universo potencial de atividades úteis para onde realmente haja desempenho de atividades úteis.

O mercado de trabalho torna-se um arranjo limitado, em termos da alocação e da distribuição, e não cobre todo o problema. Um indicador disso, naturalmente, é a taxa crescente de desemprego nas nossas economias.

Na União Européia, a média do desemprego, mesmo com estatísticas otimistas oficiais, está na faixa de 12%. Na realidade, é mais que isso. O fenômeno novo desenvolveu algo semelhante aquilo que vocês conhecem no seu país, que é o mercado de trabalho informal, semi-informal ou marginal. A força de trabalho informal, ocasional, é formada por pessoas que trabalham com rendas abaixo do padrão, em condições de trabalho piores, de forma irregular ou com prazo limitado, ou trabalham em casa, onde não têm benefícios sociais, e não em fábricas ou escritórios, e assim por diante.

Para ilustrar o tamanho do problema, no trabalho de trabalho da Alemanha, há 24 milhões de pessoas que recebem pelo seu trabalho. Existem 5,7 milhões de pessoas que não estão dentro do modelo ideal do contrato de trabalho porque estão deficientes em algum aspecto daquelas que mencionarei.

O desemprego, portanto, é um problema enorme, particularmente em Estados avançados, porque lá, se as pessoas não estão, completa e formalmente empregadas, elas não pagarão contribuições, não pagarão impostos e não fornecerão os recursos dos quais o Estado do bem-estar depende.

Quais são as abordagens para resolver esse problema gigantesco que muda a natureza e a qualidade da vida social em sociedades capitalistas avançadas? Não os surpreenderei a repetir e demonstrar que temos três conjuntos de abordagem para esse problema, e nenhum dos três pode ser utilizado de forma isolada. São componentes necessários, pelo menos meu argumento é no sentido de uma solução híbrida, sintética, articulada, e nenhuma delas é uma solução isolada por si mesma.

Começaremos, então, com o mercado, ou os exemplos para esses mercados do trabalho. O que os liberais do trabalho sugerem? Tomam remédio de outros crises e dizem: "Bom, os mercados devem ser eficazes. Se os mercados não funcionam, os preços, ou os custos de compra, são muito elevados."

Então, para fazer com que os mercados funcionem, ou seja, fazer com que sejam operativos em termos de absorver todos os serviços e bens, os preços desses bens e serviços devem cair.

Isso, naturalmente, aplicado ao mercado de trabalho, vai resultar em emprego pleno, mas com salários menores e, o mais importante, com uma redução dos custos não salariais do trabalho, ou seja, contribuição à seguridade social. Somente quando os custos do trabalho forem reduzidos haverá razão suficiente para que os empregadores atuem como agentes racionais que têm a possibilidade de fazer contratos de trabalhos com pessoas desempregadas, e, dessa forma feliz, todos estarão empregados, só que com salários menores do que tinham anteriormente, naquilo que eles chamam de mercado distorcido, quando os preços estavam excessivamente elevados. Esse é um remédio que já foi aplicado em uma variedade de localidades e condições e, como era previsível, deparou com a resistência dos trabalhadores. Estes argumentam corretamente, assim como os sindicatos e partidos social-democratas e socialistas, demonstrando, de forma clara, que esses arranjos de mercado podem aplicar-se ao trabalho somente se os trabalhadores tiverem direitos garantidos, que por si só são um ganho histórico que não pode ser retirado, particularmente, numa democracia. Então, como vocês vêem, o argumento é sério e às vezes agressivo. Às vezes gosto de dizer, com certa seriedade, que alguns desses argumentos são literalmente revolucionários e vêm dos defensores do mercado liberal, os quais apóiam mecanismos de preços, ou apontam os sindicatos como algo que representa uma anomalia, porque eles são cartéis licenciados e mantidos, mas, uma vez abolidos, tudo vai para o lugar certo, porque um novo equilíbrio vai ser automaticamente atingido com menor custo de trabalho. A única coisa que teremos de fazer então é acabar com os sindicatos. No entanto, a notícia ruim para os neoliberalis é que as constituições democráticas normalmente especificam e institucionalizam o direito dos trabalhadores de defender seus interesses através de sindicatos. Então, para fazer prevalecer a racionalidade econômica, é preciso abolir uma constituição democrática. Esta é a implicação revolucionária do liberalismo do mercado.

Permitam-me passar ao segundo conjunto de soluções que vêm sendo propostas e apresentam também resultados desencorajadores, e que tem uma característica monista, ou seja, de uma solução relacionada como Estado. Segundo ela, não precisamos reduzir o preço do trabalho, mas aumentar as habilidades e qualidades da mão-de-obra, de forma a criar ou restaurar o pleno emprego.

Naturalmente, o treinamento, a escolaridade e a melhoria das habilidades humanas é algo que ocorre nas escolas, em cursos, nos regimes de mercado e nas administrações que temos nos nossos países. Entendo que isso também está sendo desenvolvido no Brasil. Naturalmente, isso é necessário, mas não é uma abordagem suficiente para solucionar o problema do desemprego. Isso constitui uma segunda família de estratégias políticas que tem que ser, talvez, o primeiro ingrediente necessário de uma solução combinada, híbrida e sintética. Porém, mesmo essas duas soluções juntas, ou seja, a melhoria da qualidade dos trabalhadores e a redução da renda, as estratégias do Estado e do mercado, não estão, certamente, por si só, dando cabo dessas tarefas.

De fato, todas essas estratégias já foram experimentadas e aplicadas e têm falhado. Portanto, muitas pessoas começam a pensar que uma terceira estratégia também deve ser um componente ou um ingrediente necessário do conjunto dessas abordagens políticas, e, em suma, essa terceira estratégia começa com a idéia de que o mercado de trabalho e o contrato são a forma predominante, mas não a única, de organizar as atividades úteis dos seres humanos. De fato, elas estão sendo organizadas em grande extensão fora do mercado de trabalho, ou seja, dentro das residências das pessoas. Calcula-se que, de toda a produção - e esse, naturalmente, é um argumento que já foi elaborado pelas feministas - ou da riqueza que é produzida numa sociedade avançada, pelo menos 30% estão ocorrendo dentro das residências das pessoas. Se você faz um cálculo que começa com o pressuposto de que tudo o que as mulheres e as donas de casa fazem teria que ser feito pelo mercado, então, essas atividades úteis que estão sendo realizadas dentro dos lares corresponderiam a esses 30% do PIB. Essa é uma economia invisível que não está registrada, porque não é remunerada de forma contratual. O argumento, então, é que esse setor de atividades úteis que está fora do mercado deve ser desenvolvido e expandido muito além das casas, dos lares, ou seja, em todas as formas de associações que fazem ou realizam atividade úteis, fora do mercado e do contrato de trabalho. Exemplos, naturalmente, são aqueles campos aos quais nos referimos e como o setor de organizações não governamentais, o setor sem fins lucrativos, os setores voluntários, novas formas de atividades filantrópicas, atividades de auxílio e, também, atividades políticas, como grupos ambientais e grupos de auto-ajuda, no setor de saúde. Quer dizer, existe uma pesquisa crescente sobre esses fenômenos que estão sendo estudados sob o ponto de vista das interrelações existentes entre as burocracias do Estado, as famílias e as empresas. O que acontece? Tipos de atividades úteis são as associativas, civis e as baseadas no capital social.

A última idéia, então, que quero apresentar aqui é que esse setor de atividade voluntária pode crescer e realizar o grande potencial de atividades úteis, absorvendo a força de trabalho fora do mercado de trabalho, somente se for combinado com um sistema do que se tem chamado de direitos de cidadania econômica. A idéia que é muito discutida na Europa e também por pessoas preeminentes no Brasil e na Argentina é a de se criarem direitos econômicos para os cidadãos, permitindo que as pessoas possam se envolver em atividades úteis não remuneradas. O economista britânico Anthony Atkinson chamou esse tipo de pagamento, ao qual os cidadãos teriam, legalmente, direito, de "salário participativo", que seria, de fato, um salário pago, não pelos empregadores, mas com recursos do orçamento do Estado a pessoas que participassem de atividades úteis extramercado. Creio que essa idéia que também está sendo discutida sob o título de "renda básica" é um ingrediente necessário na busca de uma solução combinada que envolva as comunidades, as famílias, as associações, o Estado e o mercado.

Somente se essas três soluções forem associadas - e acho que isso é verdade para países avançados e para um país como o Brasil -, poderemos superar a crise dos mercados de trabalho e do desemprego, que, se não for resolvida, ameaça não apenas o bem-estar econômico, como a estabilidade política de nossas sociedades. Concluo aqui. Muito obrigado pela atenção.

Debate

Tradução: Paulo Roberto Magalhães

Revisão de tradução: Maria Beatriz Chagas Lucca

© Cad. Esc. Legisl. Belo Horizonte, 4(7): 9-49, jan./jun. 1998